

Anvisa Debate, desta terça-feira (10), teve como tema a questão das patentes farmacêuticas no contexto da saúde pública. A relação entre INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) e Anvisa, os desdobramentos das patentes pipeline – mecanismo em que a patente expedida no exterior é reconhecida no Brasil até expirar o prazo no país de origem, e o acordo TRIPS (Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights) foram alguns dos assuntos abordados.

Para o desembargador do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, André Fontes, é preciso repensar a perspectiva das patentes de medicamentos no Brasil. “A concessão de uma patente não é um direito subjetivo e só deveria ser dada ao produto realmente originário e inovador. No caso dos fármacos, a questão é mais delicada por tratar-se de saúde pública”, afirma.

O procurador-chefe do INPI, Mauro Maia, ressaltou a importância de dar tratamento diferenciado às patentes de medicamentos. Segundo ele, cerca de 80% dos pedidos de concessão que chegam ao instituto são indeferidos. “Hoje, as decisões do INPI são rígidas e, de forma alguma, desconsideram o interesse público. A grande quantidade de indeferimentos evidencia a autonomia do país”, diz.

Luís Carlos Lima, coordenador de propriedade intelectual da Anvisa, abordou a relação conflituosa entre Anvisa e INPI. “O patenteamento de medicamentos no Brasil foi motivado por compromissos assumidos no plano externo. Parece que, internamente, não conseguimos construir uma orientação única para os órgãos responsáveis pela concessão – Anvisa e INPI”, comenta. Lima criticou, também, a concessão de patentes pipeline no Brasil, que é um dos únicos países a adotar esse tipo de mecanismo.

A Associação das Indústrias Brasileiras de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (Abifina) foi representada pelo vice-presidente da instituição, Marcos Oliveira. Segundo ele, a concessão de patentes não é um direito legal,

mas um direito das nações, pactuado por meio do Trips. “O tratado internacional uniformizou algumas condições, mas cada país deve montar uma política que atenda aos seus próprios interesses”, defendeu o vice-presidente.

O quarto Anvisa Debate do ano foi realizado na manhã desta terça-feira (10), no auditório da Anvisa. O programa de debates é transmitido em tempo real pelo site do Ministério da Saúde (www.saude.gov.br).

Fonte: ANVISA